

CHARLYAN DE SOUSA LIMA
BRUNA CRUZ MAGALHÃES
(Organizadores)

Agropecuária Sustentável: cenário de pesquisa e extensão no Brasil

CHARLYAN DE SOUSA LIMA
BRUNA CRUZ MAGALHÃES
(Organizadores)

**AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL: CENÁRIO DE PESQUISA E
EXTENSÃO NO BRASIL**

2022 by Editora Alfa Ciência
Copyright © Editora Alfa Ciência
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora Alfa Ciência
Direitos para esta edição cedidos à Editora Alfa Ciência pelos autores.
As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de
responsabilidade dos autores.

Capa: Designed by Editora Alfa Ciência

Imagem da Capa: Foto de de Cottonbro no Pexels

Diagramação e Edição de Arte: Editora Alfa Ciência

Revisão: Os Autores

CORPO EDITORIAL

Editor Chefe:

Dr. Charlyan de Sousa Lima

Editora Adjunta:

Ma. Bruna Cruz Magalhães

Conselho Editorial

Dr. Antonio da Costa Cardoso Neto

Dr. Cláudio Gonçalves da Silva

Dr. Diego Amorim dos Santos

Dr. Ivandro Carlos Rosa

Dra. Karlyene Sousa da Rocha

Dra. Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli

Dr. Leonardo De Ross Rosa

Dra. Luana Lopes Padilha

Dra. Marcele Scapin Rogerio

Dra. Mayara da Cruz Ribeiro

Dr. Nítalo André Farias Machado

Dra. Paula Michele Lohmann

Dr. Renato Santiago Quintal

Dra. Thiessa Maramaldo de Almeida Oliveira

Dr. Wellyson da Cunha Araújo Firmo

Diagramação: Editora Alfa Ciência
Edição de Arte: Editora Alfa Ciência
Revisão: Os Autores
Organizadores: Charlyan de Sousa Lima
Bruna Cruz Magalhães

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agropecuária sustentável [livro eletrônico]:
cenário de pesquisa e extensão no Brasil /
Charlyan de Sousa Lima, Bruna Cruz
Magalhães organizadores. -- Chapadinha, MA:
Editora Alfa Ciência, 2022.
PDF

Bibliografia
ISBN 978-65-84518-06-3

1. Agricultura sustentável - Brasil
2. Agropecuária - Brasil 3. Desenvolvimento
sustentável - Brasil 4. Pecuária 5. Sustentabilidade
6. Inovações tecnológicas I. Lima, Charlyan de Sousa.
II. Magalhães, Bruna Cruz.

22-102949

CDD-637.181

Índices para catálogo sistemático:

1. Agropecuária sustentável: Tecnologia agrícola 637.181
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

O conteúdo do livro, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download da obra e o seu compartilhamento somente são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores, sem alterá-la e de nenhuma forma utilizá-la para fins comerciais.

Editora Alfa Ciência

Chapadinha – Maranhão – Brasil
(98) 98585-2320
www.editoraalfaciencia.com.br
publicacao.alfaciencia@gmail.com
contato.alfaciencia@gmail.com

ANÁLISE PRODUTIVA E SOCIOECONÔMICA DOS PRODUTORES FAMILIARES NOS POVOADOS QUILOMBOLAS E ASSENTADOS EM UMA REGIÃO PRÉ-AMAZÔNICA

Anágila Janenis Cardoso Silva¹; Ana Jéssica dos Santos Mendes²;
Sâmara Stainy Cardoso Sanches da Silva³; Janayra Cardoso Silva⁴;
Kaio Witalo Resplandes Ferreira⁵; Rafael Silva Marchão⁶; Jéssica
Antonia Cardoso Mendes⁷

¹Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal do Maranhão. Professora Magistério IV da Casa Familiar Rural de Chapadinha;

²Graduada em Gestão em Tecnologia do Agronegócio pela Universidade Estadual do Maranhão; ³Mestra em Ciência Animal pela Universidade Federal do Maranhão. Professora Magistério IV da Casa Familiar Rural de Chapadinha;

⁴Mestra em Ciência Animal pela Universidade Federal do Maranhão; ⁵Graduando em Agronomia pela Universidade Federal do Maranhão;

⁶Doutorando em Ciência Animal pela Universidade Federal do Vale do São Francisco;

⁷Mestra em Ciência Animal-UFMA. Servidora Pública na Secretária Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento em Paço do Lumiar -MA.

RESUMO:

Este trabalho teve como objetivo analisar os fatores produtivos e socioeconômicos dos produtores familiares nos povoados Quilombolas e Assentados na região pré-amazônica. Elencar as problemáticas existentes na agricultura familiar dos povoados quilombolas e assentados pode ser uma alternativa para despertar a adoção de políticas públicas que incentivem estes produtores e favoreça para que a agricultura familiar seja vista como algo promissor e incentivador. Para mensurar a análise, foram utilizadas pesquisas qualitativas e quantitativas, aliados à conversas informais com estes agricultores para quantificação destes dados. O estudo demonstrou a escolaridade dos membros familiares, a média da renda mensal dada por fonte de renda principal e secundária. Além de apontar as principais culturas plantadas, dando destaque para o cultivo da mandioca, com 36% das famílias quilombolas e 32% das famílias assentadas entrevistadas, mensurou-se ainda, a escolaridade dos membros familiares e suas respectivas rendas médias mensais. A pesquisa apontou que há vendas realizadas de forma direta ao consumidor e através de atravessadores e como estes fatores podem estar ligados ao processo de escoamento da produção, revelando a influência que a distância da comunidade detém sobre a qualidade dos produtos até os principais pontos de comercialização.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Comercialização; Produção.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar exerce influência no meio rural pela sua contribuição econômica, social e cultural. O que a faz uma atividade com produção diversificada, além de auxiliar na geração de emprego e renda. A importância da agricultura familiar como impulsionadora no desenvolvimento brasileiro, ganha força ao longo do tempo, advindos da concepção de crescimento duradouro, geração de empregos, renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (FAO/INCRA, 2000).

No entanto, a agricultura familiar no Nordeste, ainda é deficiente, resultado da ausência e fragilidade na estrutura da produção econômica. Diante disso, leva-se em consideração discussões dos fatores que determinam o surgimento da inovação e do desenvolvimento ao longo dos anos. A fim de examinar as desigualdades regionais, principalmente na região maranhense, leva-se em consideração os baixos indicadores de desenvolvimento encontrado no país, com tendência a revelar a deficiência na aplicação de políticas e uma marcante concentração geográfica (NUNES, 2015).

Os estabelecimentos agropecuários no Maranhão, na sua grande maioria, são conduzidos por mão de obra familiar (NUNES, 2015). Segundo dados preliminares do Censo Agropecuário (2017), o estado do Maranhão se encontra com uma área total de 12,2 milhões de hectares, sendo que deste total, o estado conta com 219,8 mil estabelecimentos agropecuários.

O objetivo geral desta pesquisa é elencar as problemáticas existentes na agricultura familiar dos povoados quilombolas e assentados, dentre elas, se destaca as más condições de transportes escolares, estradas precárias, baixa escolaridade dos membros familiares, falta de escolas em algumas comunidades, falta de professores, água potável, posto de saúde, merenda escolar, dentre outros fatores que dificultam a qualidade de vida destas famílias e o progresso da agricultura familiar na região.

Nesse sentido, as dificuldades impostas à estes agricultores familiares influenciam desde a produção ao seu escoamento, levando em conta a importância que a agricultura têm na vida de cada uma destas famílias, pois está intimamente ligada ao seu sustento.

Deste modo, trazer para os centros discussões acadêmicas as problemáticas existentes na agricultura familiar dos povoados quilombolas e assentados pode ser uma alternativa para despertar a adoção de políticas públicas que incentivem estes produtores e favoreça para que a agricultura familiar seja vista como algo promissor e incentivador.

METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho se deu nos povoados de Assentados e Quilombolas do município de Itapecuru Mirim – MA (03° 23' 33" S e 44° 21' 31" W), que abrange uma área de 1.471 km², limita-se ao Norte com os municípios de Presidente Juscelino, Santa Rita e Anajatuba, ao Sul com os municípios de Cantanhede e Miranda do Norte, a Leste com os municípios de Vargem Grande e Presidente Vargas e a Oeste com o município de Anajatuba (Google Maps, 2007). Dados coletados pelo Censo Agropecuário (2017), denotam que a população do município é estimada em 67.673 pessoas, com densidade demográfica de 42,21 hab/km². Sendo composto por uma área de 31.963,166 hectares, desse total há um registro de 2.131 estabelecimentos agropecuários. A utilização das terras com lavouras permanentes e temporárias, são: 26,464 e 12.342,609 hectares, respectivamente (CENSO AGRO, 2017).

O município de Itapecuru Mirim é formado por 71 comunidades quilombolas. No total 62 já estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares, 5 comunidades já possuem títulos de posse da terra. Na realização deste trabalho, foram aplicados questionários estatísticos nos povoados quilombolas: Recanto (03°.27° 28'9" S e 44°.10° 38'3" W), Morros (03°.27° 28'9" S e 44°.10° 38'3" W) e Mata São Benedito 1 (03°.23° 47'7" S e 44°.24° 05'3" W).

Atualmente, existem 52 comunidades de assentamentos no município de Itapecuru Mirim, sendo dessas o foco deste trabalho, as comunidades Mata São Benedito 2 (03°.23° 47'7" S e 44°.24° 05'3" W), Água Preta (03°.26° 21'7" S e 44°.24° 55'4" W) e Serra (03°.26° 87'0" S e 44°.24° 56'0" W).

Nas condições climáticas do município de Itapecuru Mirim, prevalecem os climas tropicais, com temperatura média de 32° C, variando de 28° C a 34° C, onde duas estações são bem definidas: período chuvoso (fevereiro a

maio e umidade média de 80%), com meses de transição pós-chuva (junho a julho), seguida de uma estação seca (agosto a novembro) com meses de transição, pré-chuva (dezembro a janeiro). A precipitação média anual varia de 1100 a 1800mm (NMRH, 2001).

Uma forma de analisar as condições sociais e econômicas dos povoados quilombolas e assentados consiste na aplicação de questionários, mensurando a escolaridade dos membros familiares e média de renda mensal. Comprovando essas informações através de gráficos.

Por meio de informações obtidas através de questionários e conversas coloquiais com os agricultores familiares dos povoados assentados e quilombolas, foi verificado as três principais culturas cultivadas dos povoados estudados, esses dados foram validados através de gráficos.

A logística dos povoados quilombolas e assentados foi determinada por apontamentos nos tipos de vendas realizadas e fatores que influenciam na qualidade dos produtos no processo de escoamento. Faz-se o uso de gráficos para fundamentar os resultados obtidos com a aplicação dos questionários nas comunidades estudadas.

Os métodos utilizados para obtenção dos resultados foram as pesquisas qualitativas e quantitativas, empregou-se o uso de questionários nos povoados quilombolas: Mata São Benedito 1, Recanto, Morros, e nos povoados assentados: Água Preta, Serra e Mata São Benedito 2. Levantou-se assim, as principais dificuldades impostas aos agricultores de base familiar. Tais questionários foram divididos em quatro seções: Aspectos socioeconômicos, Dificuldades na agricultura, logística e Comercialização.

A utilização do agrupamento dos conhecimentos disponíveis junto aos questionários aplicados e as conversas coloquiais com os agricultores dos povoados estudados, foram a base para o entendimento das problemáticas existentes. Por esse motivo, os autores Dantas; Calvacante (2006), relatam que a pesquisa qualitativa propõe que os entrevistados se constituem de ideias livres a respeito de determinado tema. Este tipo de pesquisa busca, simultaneamente, explicar vários tipos de fenômenos com base na interpretação do fenômeno observado (CHIZZOTII, 2003). Ou seja, o principal objetivo é o entendimento do pesquisador à cerca da importância dos

fenômenos estudados, para só então ser feita a interpretação dos fenômenos estudados (NEVES, 1996).

De acordo com Barbosa (1999), existem cinco procedimentos utilizados para coleta de dados em uma pesquisa qualitativa, dentre eles, destacam-se: questionários, entrevistas, observação direta, registros institucionais e grupos focais.

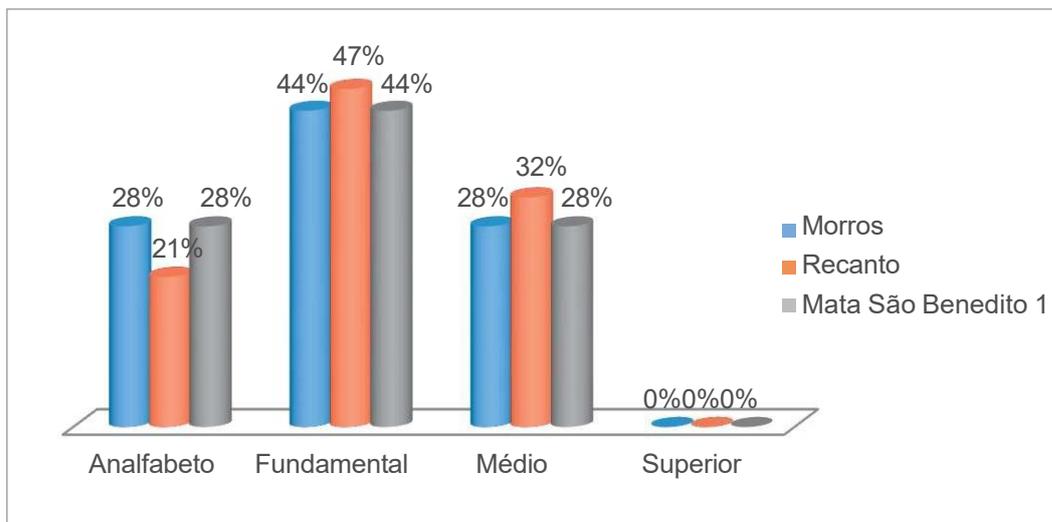
A pesquisa quantitativa se dá com o emprego de recursos e técnicas estatísticas que visem quantificar os dados coletados. Com isso, Silva; Menezes (2005) definem a pesquisa quantitativa como tudo o que for quantificável, ou seja, tudo o que se consegue explicar em números, opiniões e informações, para classificá-las e analisá-las. Fazendo uso de técnicas e estatísticas (porcentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.). Portanto, a utilização dos questionários aliados a observação direta e conversas informais com os agricultores, promove a complementação dos dados obtidos com as pesquisas quantitativas e qualitativas (NEVES, 1996).

Os dados compilados durante a pesquisa de campo foram dispostos em planilhas no programa Microsoft Office Excel para gerar os gráficos dispostos na discussão dos resultados posteriormente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para mensurar os aspectos educacionais nas comunidades quilombolas, foram entrevistados 140 membros destas famílias. Deste total 82 pessoas correspondem a comunidade Morros, 19 pessoas à comunidade Recanto e 39 pessoas à comunidade Mata São Benedito 1 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Escolaridade dos membros familiares das comunidades Quilombolas.



Os aspectos educacionais dos membros familiares entrevistados nas comunidades Quilombolas: Morros, Recanto e Mata São Benedito 1, apresentados no (Gráfico 1), expressam os índices de analfabetismo nas três comunidades, com percentuais de 28%, 21% e 28% respectivamente, advindas das dificuldades de acesso às escolas da maior parte dos chefes das famílias. Deste total, a maior parcela não teve a oportunidade de frequentar escolas, a outra parcela, correspondente aos que tiveram que abandonar os estudos para sustentar a família, priorizando a educação dos seus filhos.

O ensino fundamental obteve maior índice nas três comunidades quilombolas (Gráfico 1), em relação ao número de analfabetos e estudantes do ensino médio. Na comunidade Recanto 47% estão cursando o ensino fundamental, deste total (7 pessoas cursando o ensino fundamental e as outras 2 pessoas só estudaram até o ensino fundamental). As comunidades Morros e Mata São Benedito 1, representam 44% deste índice, com (24 pessoas cursando o ensino fundamental enquanto as outras 12 só cursaram até o ensino fundamental; 12 pessoas estão cursando o ensino fundamental à medida em que as outras 5 pessoas só cursaram até o ensino fundamental) respectivamente.

Os resultados obtidos em relação ao ensino médio nas comunidades Quilombolas (Gráfico 1), demonstram que a comunidade Morros apresenta 28%, com (15 pessoas cursando o ensino médio na proporção em que as 8 pessoas concluíram o ensino médio). A comunidade Recanto corresponde a

32%, deste quantitativo (4 pessoas estão cursando o ensino médio à medida em que 1 pessoa não concluiu o ensino médio e a outra pessoa concluiu o ensino médio. Já a comunidade Mata São Benedito 1 corresponde a 28%, com (7 pessoas estão cursando o ensino médio e as outras 4 não concluíram o ensino médio).

O ensino superior (Gráfico 1) é inexistente nas comunidades Quilombolas: Morros, Recanto e Mata São Benedito 1.

A prática da educação formal aos negros durante muito tempo foi privada. A presença dos escravos na escola era considerada uma ameaça a instabilidade da sociedade da época escravocrata. A exclusão negra do espaço escolar era entendida como garantia de “ordem social”, pois a presença dos escravos poderia exercer nesses espaços como ameaça de influência negativa (FONSECA, 2001).

A educação é declarada legalmente como um direito de todos, no entanto ao longo da história a educação nem sempre foi para todos, já que parcelas significativas da população como índios, negros, pessoas deficientes e populações do campo ainda requerem desse direito (PEREIRA, 2014).

A constituição de 1988 art. 205, define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, aprovada em 05 de junho de 2012, tais diretrizes retratam que:

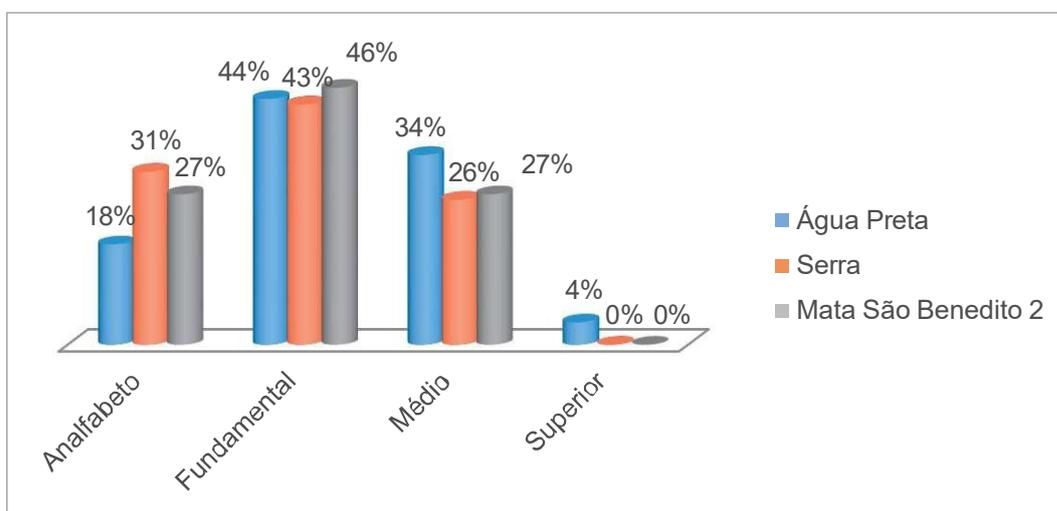
A educação escolar quilombola deve dispor de pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios de orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2012, p.42).

Nessa perspectiva, a educação é de suma importância na formação da sociedade e a escolarização das comunidades quilombolas não devem ser vista apenas como um direito básico para a formação da pessoa, mas como os

direitos ao acesso à educação na sua própria comunidade, com escolas que atuem na construção de uma escolarização que contemple sua identidade, cultura e valores e transmitam aliado a educação o desejo de permanência destes moradores nos seus locais de origem.

Os dados expressos no (Gráfico 2) retratam os aspectos educacionais das comunidades assentadas, foram entrevistados 322 membros destas famílias. Deste quantitativo 243 pessoas correspondem a comunidade Água Preta, 42 pessoas à comunidade Serra e 37 pessoas à comunidade Mata São Benedito 2.

Gráfico 2. Escolaridade dos membros familiares das comunidades Assentadas.



Os resultados expressos no (Gráfico 2), evidenciam que o analfabetismo está presente nas comunidades: Água Preta (18%), Serra (31%), Mata São Benedito 2 (27%), resultado das dificuldades de ensino da maior parte dos pais destas famílias.

O ensino fundamental (Gráfico 2) compreende o maior quantitativo de pessoas nas três comunidades assentadas, expressiva em maior relevância no povoado Mata São Benedito 2 (46%), com 8 pessoas cursando o ensino fundamental e 9 pessoas (cursaram até o ensino fundamental). No povoado Água Preta (44%) 85 pessoas estão cursando o ensino fundamental e 21 pessoas cursaram até o ensino fundamental. Já na comunidade Serra (43%), 5

pessoas estão cursando o ensino fundamental e as outras 13 pessoas estudaram só até o ensino fundamental.

No ensino médio (Gráfico 2) o povoado Água Preta se destaca por possuir 34% dos entrevistados, deste total 36 pessoas (cursando), 23 (ensino médio completo) e 24 pessoas que estudaram até determinado ano do ensino médio. O povoado Serra (26%) conta com 6 pessoas (cursando), 2 (ensino médio completo) e 3 pessoas que não concluíram o ensino médio. Já no povoado Mata São Benedito 2 (27%), apenas 3 estão (cursando), 3 (concluíram o ensino médio) e 4 não concluíram o ensino médio.

O ensino superior (Gráfico 2) só é visto na comunidade Água Preta (4%) com 10 pessoas (cursando), nas demais comunidades é inexistente.

O acesso às escolas em comunidades de assentamentos já é discutido desde o processo de organização dos assentamentos, marcada pela necessidade de famílias assentadas com crianças pequenas que não poderiam ficar fora da escola e estavam sujeitos a esta realidade pelo processo de longa espera em acampamentos para a conquista da terra (VENDRAMINI, 2000).

Para Romanelli (2006), a escola no Brasil ainda é vista como um campo de disputa, em primeiro lugar pela real universalização do ensino em todos os níveis e para todas as regiões brasileiras, em segundo lugar, pelo conteúdo da educação.

Os aspectos educacionais são vistos no meio rural, particularmente nos assentamentos cada vez mais defasados, resultado do acesso restrito ao níveis de ensino, pelas condições das escolas e pela duvidosa qualidade. Está presente até os dias atuais o chamado “ruralismo pedagógico”, que destinou às crianças e jovens do campo um ensino instrumental e cada vez mais reduzido ao atendimento das necessidades educacionais elementares e ao treinamento da força de trabalho (VENDRAMINI, 2000).

Outro fator a ser destacado nas dificuldades educacionais impostas tanto às comunidades quilombolas quanto as assentadas é a aproximação do meio rural com o urbano, que permitiu a inserção de novos padrões de sociabilidade e modo de vida, os valores culturais e urbanos passaram a integrar o espaço rural e a educação tornou-se mais acessível, fazendo com que as novas gerações passassem a ter maior período de estudo que seus pais (KISCHENER, 2015).

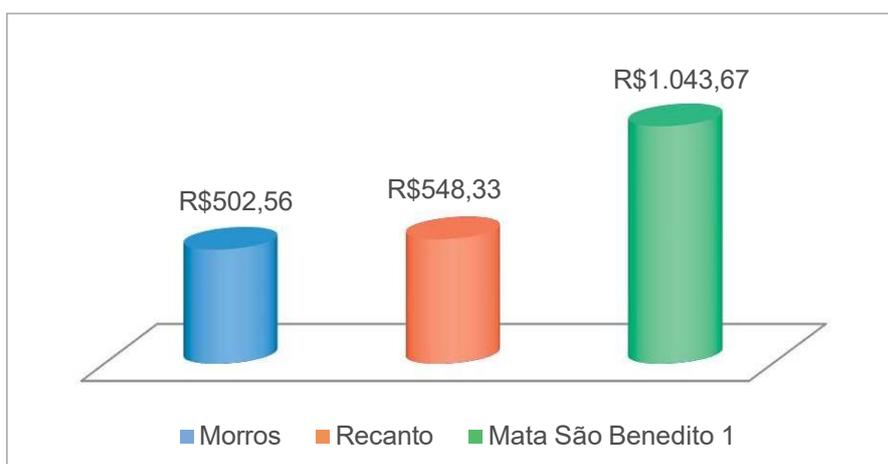
Em consequência desta situação, o cenário rural vive uma situação de declínio nos últimos anos, marcada pelo crescente fluxo migratório da população rural, em especial da população jovem, o que causou o êxodo rural (MATTE, 2014). As vulnerabilidades encontradas pela juventude no meio rural é um cenário condicionante para a busca constante de melhorias no meio urbano, o que os leva a tomar decisões que afetarão a reprodução social das famílias rurais, através do processo migratório e quebra dos mecanismos de hereditariedade (COSTA, 2011).

A busca por novas oportunidades no meio urbano interfere diretamente na sucessão, devido a ausência da parcela juvenil para assumir a propriedade. Desta forma os jovens residentes no meio rural configuram a categoria responsável pela continuidade ou não do trabalho dos pais nas atividades agrícolas (FACIONI; PEREIRA, 2015).

Contudo, os dados expressos nos (Gráficos 1 e 2), retratam a realidade vivenciada nas comunidades quilombolas e assentadas, realidade esta marcada pelas dificuldades diárias não só ao acesso das escolas, mais a precariedade dos transportes escolares, refletindo na adesão escolar. Além do acesso escasso à saúde, abastecimento de água, bens materiais e de consumo que impossibilitam o crescimento da produção destas comunidades.

Outro aspecto a ser destacado nas condições socioeconômicas das comunidades quilombolas e assentadas é a renda mensal de cada uma dessas famílias, e como este fator influência na agricultura e seu modo de vida (Gráficos 3 e 4).

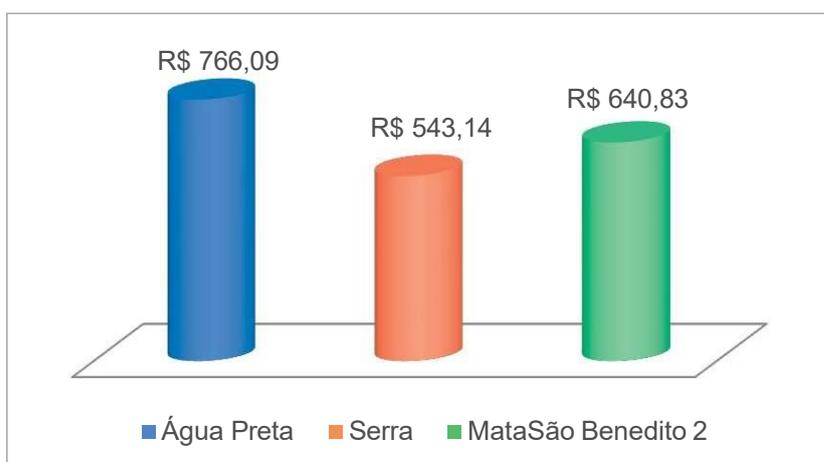
Gráfico 3. Renda média mensal das famílias das comunidades Quilombolas.



Observa-se, portanto, que a média da renda mensal das famílias das comunidades Quilombolas (Gráfico 3), varia em torno de R\$ 500,00 a pouco mais de R\$ 1.000,00. Esta renda é formada pela fonte de renda principal e secundária. De acordo com o depoimentos dos agricultores destas famílias, a principal fonte de renda é dada pela agricultura familiar empregada. Já a fonte de renda secundária é concedida pelos programas sociais e governamentais, como o Bolsa Família, Aposentadoria e Auxílio-Doença. A média da renda mensal da comunidade Mata São Benedito 1 se destaca por estas famílias praticarem a agricultura familiar ativamente por todos os membros familiares, principalmente no que diz respeito a produção de farinha, produto comercializado praticamente todo o ano. Aliado a atividade agrícola, esta comunidade detém de criações de animais, principalmente galinhas, e estes animais além de serem consumidos são vendidos por alguns familiares destas comunidades, esta combinação entre as duas atividades resulta no expressivo índice de renda mensal das famílias em relação às outras comunidades.

O programa Bolsa Família tem por objetivo o combate à fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia dos direitos básicos, como: saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, além de promover a inclusão social, contribuindo para que elas possam sair das situações de vulnerabilidades (SILVA, 2010).

Gráfico 4. Renda média mensal das comunidades Assentadas.



Em comparação entre a renda média mensal das comunidades Quilombolas (Gráfico 3) e Assentadas (Gráfico 4), nota-se que a renda média das famílias assentadas varia em torno de R\$ 500,00 chegando a quase R\$ 800,00. A formação desta renda foi estabelecida pela renda principal e secundária de cada uma das famílias. O que torna a agricultura a sua principal forma de obter o seu sustento, além da criação de animais e programas sociais e governamentais.

A combinação entre os aspectos educacionais e a renda das famílias quilombolas e assentadas refletem o quanto as políticas públicas e as políticas sociais influenciam na educação e modo de viver de cada uma dessas famílias. Segundo os autores Sousa; Brito (2015), as políticas sociais surgem do cenário de enfrentamento entre os problemas públicos relacionados as desigualdades sociais.

Dentre as principais culturas cultivadas pelos agricultores familiares das comunidades quilombolas: Morros, Recanto e Mata São Benedito 1 e assentadas: Água Preta, Serra e Mata São Benedito 2, apresentadas no (Gráfico 5) e (Gráfico 6) respectivamente, destacam-se os cultivos da mandioca, milho, arroz e hortaliças.

Gráfico 5. Culturas Plantadas nas comunidades Quilombolas.

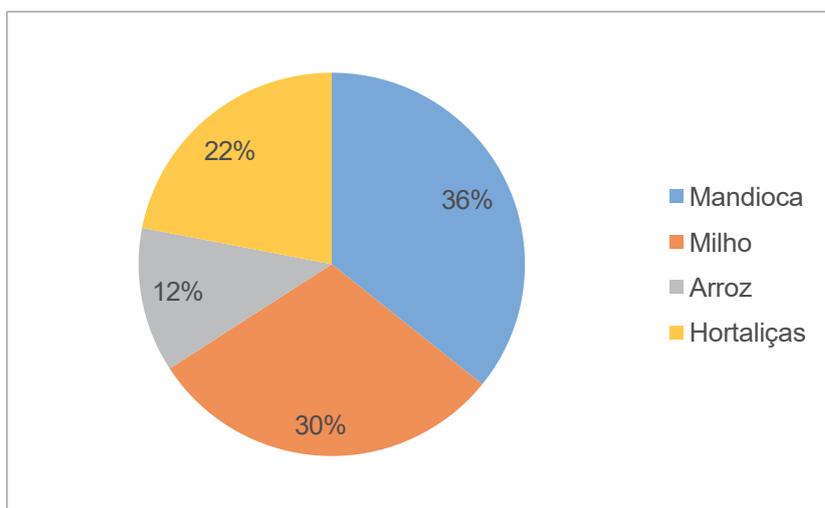
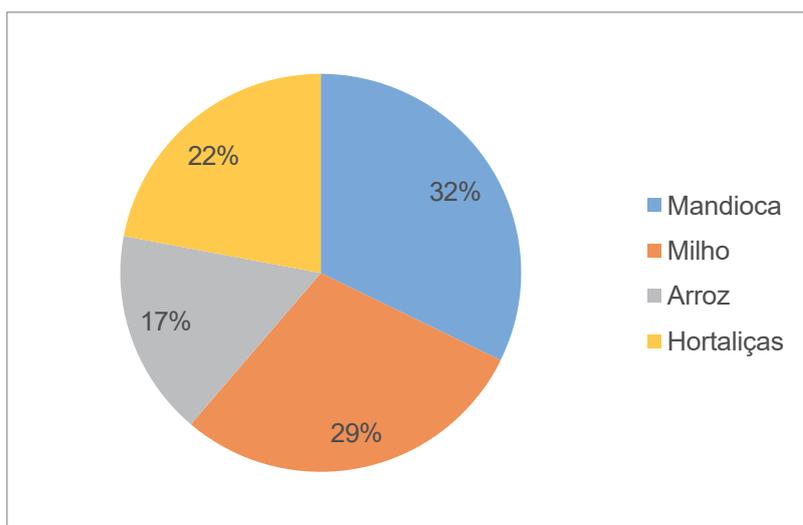


Gráfico 6. Culturas Plantadas nas comunidades Assentadas.



Com o percentual de 36% e 32 % do total de entrevistados apresentados no (Gráfico 5) e (Gráfico 6) respectivamente, revela-se o nível elevado da produção da mandioca, visto pelos agricultores como o carro chefe na produção familiar por ocupar maior parte da área plantada e por derivar a farinha, produto comercializado pela maior parte das comunidades quilombolas e assentadas.

O cultivo do milho ocupa percentuais de 30% e 29% do total de entrevistados nas comunidades quilombolas e assentadas, expressados nos (Gráficos 5 e 6) respectivamente, visto pelos agricultores como um produto rentável ao ser comercializado in natura nas feiras de Itapecuru Mirim, além de fazer parte da alimentação das famílias dos agricultores e da criação dos seus animais.

Logo em seguida está o cultivo das hortaliças com 22% (Gráficos 5 e 6) respectivamente, deste total a maior parte é destinada ao próprio consumo das famílias assentadas e quilombolas e a outra parcela é comercializada nas feiras do município de Itapecuru Mirim. O arroz é outro cultivo visto pelos agricultores assentados e quilombolas (Gráficos 5 e 6) como um produto extremamente ligado ao consumo familiar e ocupa percentuais de 12% e 17% respectivamente.

Na agricultura familiar, a mandioca, o milho e o arroz são os produtos agrícolas que predominam no cultivo pelos agricultores destes povoados, pois são culturas alimentares de subsistência e de fundamental importância para a

alimentação das famílias e permanência dos agricultores familiares na zona rural. Buainaim; Romeiro (2000) afirmam que a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas e criações de animais tanto para o consumo da família, como para o mercado.

De acordo com Santos (2007), a agricultura familiar trata-se de uma atividade realizada, em geral, numa pequena extensão de terra destinada ao cultivo de policulturas (produção de mais de um gênero alimentício), sendo necessária à sobrevivência dos grupos familiares, que são mantidos pelo trabalho familiar, no qual o alimento colhido geralmente serve para o sustento dos habitantes locais, como também para a produção comercial, servindo como fonte monetária para as famílias ocupadas nessas atividades

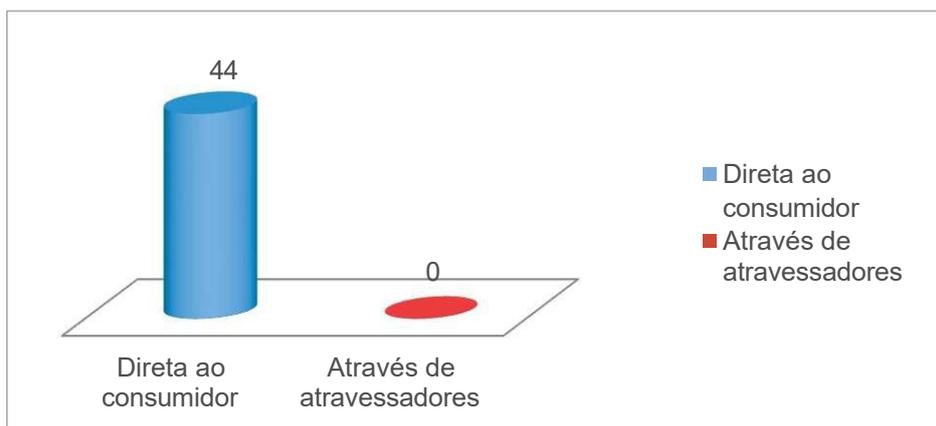
A cultura da mandioca é um cultivo de sistema de sequeiro e apresenta valor socioeconômico, além de ser cultivada em todas as regiões brasileiras nas mais diversas condições edafoclimáticas. A cultura é uma das principais fontes de calorias para populações de países tropicais, importante matéria-prima para agroindústrias e geradora de emprego e renda, principalmente para pequenos produtores (CARDOSO, 2003).

Segundo a Embrapa (2011), a cultura do milho é caracterizada pela sua importância econômica e pelas diversas formas de sua utilização, que vai desde a alimentação animal até a indústria de alta tecnologia. Embora a utilização do milho na alimentação humana não seja tão expressiva no país, esse cereal é importante em regiões com baixa renda, como, por exemplo, o Nordeste do Brasil, em que o milho se constitui em uma das principais fontes de energia para muitas pessoas que vivem no Semiárido.

Já a cultura do arroz, apesar de não ser cultivada em todos os estados do Nordeste brasileiro, de acordo com Zonta; Silva (2014) é cultivada em praticamente todos os municípios do estado do Maranhão, predominando o cultivo em sistema de sequeiro.

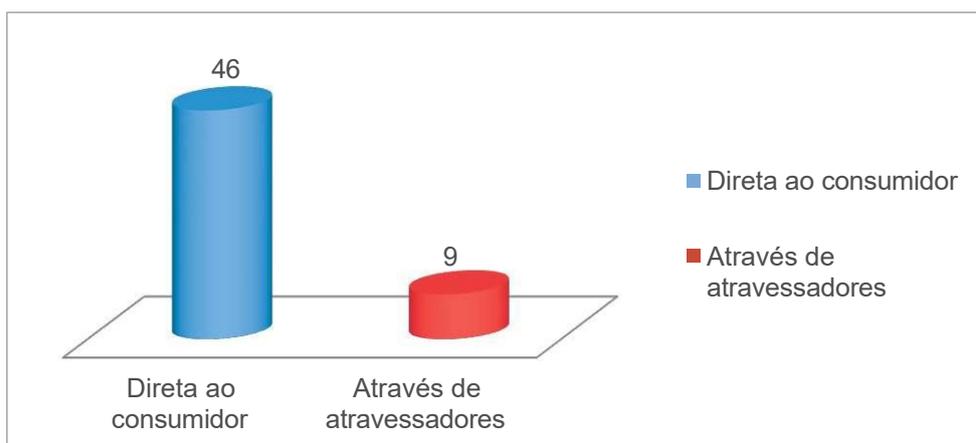
A organização das comunidades Quilombolas e Assentadas quanto ao processo de vendas dos produtos é realizada tanto diretamente aos consumidores como através de atravessadores (Gráficos 7 e 8).

Gráfico 7. A venda dos produtos é realizada diretamente ao consumidor ou através de atravessadores nas comunidades Quilombolas?



Nas comunidades Quilombolas: Morros, Recanto e Mata São Benedito 1, as vendas dos produtos agrícolas são realizadas diretamente ao consumidor (Gráfico 7).

Gráfico 8. A venda dos produtos é realizada diretamente ao consumidor ou através de atravessadores nas comunidades Assentadas?

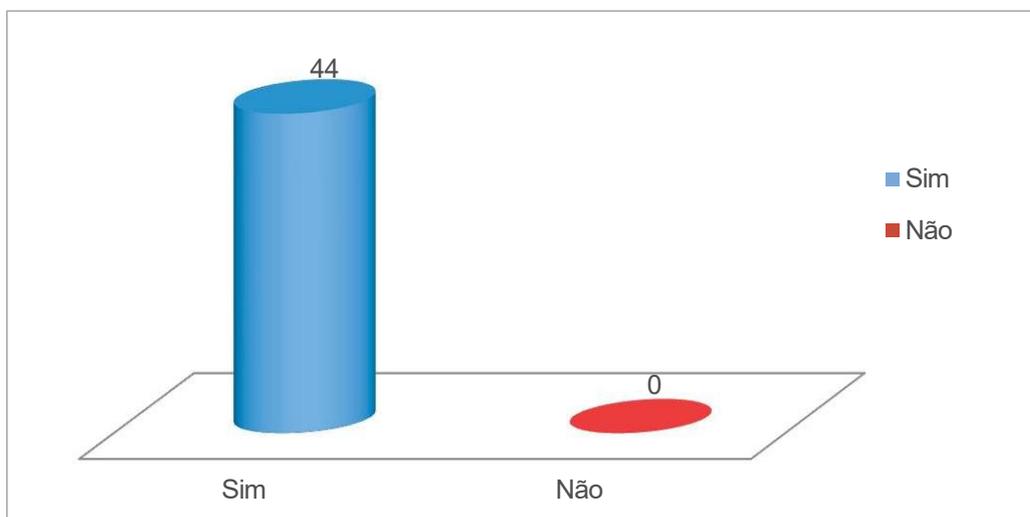


O processo de vendas dos produtos agrícolas nas comunidades Assentadas: Água Preta, Serra e Mata São Benedito 2, apresentadas no (Gráfico 8), revelam que há venda dos produtos agrícolas através de atravessadores, porém é em pequena quantidade em relação a venda direta ao consumidor. O principal produto agrícola comercializado nas comunidades quilombolas e assentadas é a farinha, esta comercialização é feita principalmente nas feiras de Itapecuru Mirim, porém há casos em que a venda ocorre no próprio povoado.

Vale mencionar ainda nos relatos obtidos, que a dependência de atravessadores é um fator limitante para haver insuficiência das vendas (Gráfico 8) nestas comunidades, influenciando na formação de preços desfavoráveis a estes agricultores.

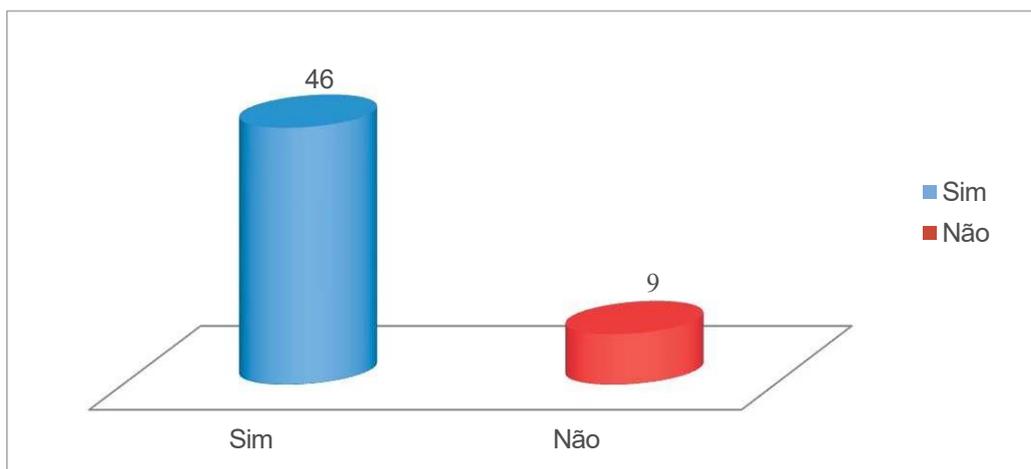
O processo logístico de escoamento dos produtos agrícolas passa por diversos impasses, deste a falta de transporte até as más condições das estradas para o deslocamento dos produtos até os pontos de vendas (Gráficos 9 e 10).

Gráfico 9. A distância da comunidade até o ponto de venda influi na qualidade dos produtos comercializados?



Nas comunidades Quilombolas (Gráfico 9), os resultados evidenciam que a distância da roça até o ponto final influi na qualidade dos produtos. Os resultados foram unânimes em todos os povoados quilombolas.

Gráfico 10. A distância da comunidade até o ponto de venda influi na qualidade dos produtos comercializados?



Já nas comunidades assentadas (Gráfico 10), observa-se que das famílias entrevistadas, 46 pessoas responderam que a distância da roça até o ponto de venda influencia na qualidade dos produtos, enquanto 9 famílias responderam que esta distância não influencia.

Portanto é evidente que a forma como é realizada a vendas dos produtos, tanto direta aos consumidores como através de atravessadores, influenciou nos resultados obtidos quanto a influência da qualidade dos produtos no processo de deslocamento até os pontos de vendas, esta relação é expressa nos (Gráficos 8 e 10) das comunidades assentadas. Onde as famílias que responderam que não há esta influência, não passam pelas dificuldades de deslocamento, pois as vendas são realizadas por atravessadores. Diferentemente das famílias que realizam este escoamento diretamente aos consumidores, que estão sujeitos as dificuldades constantes de acesso as estradas até os seus pontos de vendas. Para Buainain (2007) a dificuldade de comercialização é um dos principais entraves para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Segundo Wilkinson (2008), identifica-se pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados para a agricultura familiar, sendo eles: o acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (formal e informal), a intermediação via atravessador, a integração com a agroindústria e a venda para os distribuidores, centrais de abastecimento, super e hipermercados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos educacionais dos familiares das comunidades quilombolas e assentadas apresentaram deficiências consequentes à disponibilidade de escolas na própria comunidade, transportes escolares, más condições na estrutura física e métodos de ensino. A renda média mensal obtida pelas famílias das comunidades quilombolas e assentadas é constituída pelo uso da atividade agrícola, pequenas criações de animais e comercialização predominante da farinha. As principais culturas cultivadas pelas comunidades quilombolas e assentadas são: Mandioca, milho, hortaliças e arroz.

O processo de comercialização realizado nas comunidades quilombolas é efetuado diretamente aos consumidores e este ato reflete na qualidade dos produtos quanto à distância da comunidade até os pontos de vendas. O processo de comercialização realizado nas comunidades assentadas é efetuado de forma direta pela maior parte dos produtores. A outra parcela é realizada através de atravessadores e esta parcela não sofre consequências na qualidade do produto com deslocamento realizado da comunidade até os pontos de venda.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A.; KOOHAFKAN, P. **Enduring Farms: Climate Change, Smallholders and Traditional Farming Communities**. 6. ed. Penang, Malaysia: Third World Network, 2008. 58 p.

ALVES, J.; FIGUEIREDO, A. M. R.; BOUNJOUR, P. D. S. C. M.; GOMES, M. B. **A Agricultura familiar em Mato Grosso**. Revista Eletrônica Documento e Monumento, Cuiabá, v. 1. p. 69-86, 2009.

ANJOS, R. S. A.; CIPRIANO, A. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. 1.ed. São Paulo: Aori, 2007, 176-206 p.

BANCO DO NORDESTE. **Quadro de Resumo – Grupo e Linhas de Crédito do PRONAF**, 2018, p.1-5. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/165130/165145/tabela_grupos_Pronaf-Jul_18.pdf/5b0c0718-698e-7d73-f311-fe0b06f3fa5b. Acesso em 26 de outubro de 2018.

BARBOSA, E. F. **Instrumentos de coleta de dados em Pesquisa**. Minas Gerais, 1999. (Notas de aula do Curso de Especialização em Metodologias de

Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educacionais – SEE-MG/CEFET-MG). Disponível em: <http://www.sit.com.br/SeparataENS0019.htm>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

BAUER, MÁRCIO ANDRÉ LEAL. MESQUITA, ZILÁ. **Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais**. UFRG. Revista de Administração Eletrônica – RAE, 2008, vol. 48 no3, 0034-7590.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Direitos a Educação. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.fumec.br/cerai/docs/constituicao_federal_de_1988.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2018.

BRASIL, **DECRETO Nº 4.887/2003, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003**. Regulamentação do Procedimento de Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 16 de outubro de 2018.

BRASIL, **DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <http://goo.gl/Y9EDXq>. Acesso em: 14 de outubro 2018.

BRASIL, **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2012, p.42.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA, 2000.

BUAINAIN, A. M. (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R., & GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. *Sociologias*, 2003, p 5-10.

CARDOSO, C. E. L. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil**. 2003. 188 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

CARMO, M.S & SALLES, J.T.A. **Sistemas Familiares de Produção Agrícola e o Desenvolvimento Sustentado**, Florianópolis 1999. Anais. Florianópolis: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

CENSO AGROPECUÁRIO/IBGE. 2017. **CIDADES**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/itapecuru-mirim/panorama>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista portuguesa de educação. Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COSTA, M. R. C. (2011). **O futuro entre o rural e o urbano. Um estudo de caso sobre a juventude rural no município de Morro Redondo-RS**. Tese de Doutorado, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

DANTAS, M.; CAVALCANTE, V. **Pesquisa qualitativa e Pesquisa quantitativa**. Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. (Trabalho de graduação da Disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa). Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/14344653/Pesquisa-qualitativa-e-quantitativa>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Produção de Milho na Agricultura Familiar**, Sete Lagoas – MG. Circular Técnico n. 159, p. 42. 2011.

FACIONI, D., & PEREIRA, M. W. G. (2015). **Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul**. Organizações Rurais & Agroindustriais, 17(1), 119-136.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FONSECA, MARCUS VINÍCIUS. **As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil**. In: CAMPOS, Maria Machado Malta et al. (Org.). Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2001. p. 11-36.

FRANÇA, C. G.; GROSSI, M. E. D. MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2012. p. 10.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação de Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/direitos-humanos/fundacao-palmares-certifica-mais-de-30-comunidades-quilombolas>. Acesso em 27 de outubro de 2018.

GUANZIROLI, C. E.; VIDAL, M. DE F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. p. 172.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S. M. **Contribuição da agricultura e do agronegócio familiar para o PIB do Nordeste**. In. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, p. 157-174, out./dez., 2014. ISSN impressa 0100-4956 ISSN eletrônica (on line) 2357-9226.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16206&catid=4&Itemid=2. Acesso em 25 de outubro de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA **História da Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>. Acesso em 28 de novembro de 2018.

JORNAL DO TEMPO. **Previsão**. Disponível em: <http://www.jornaldotempo.uol.com.br>. Acesso em 17 de outubro de 2018.

JUNQUEIRA, C.P.; LIMA, J.F. de. **Políticas Públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas. Londrina, v.29, n.2, p.159-176, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://www.C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/5469-19789-1PB.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

KISCHENER, M. A., Kiyota, N., & Perondi, A. M. (2015). **Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais**. Mundo Agrario, 16(33).

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP, 1993. v. 1, 336 p.

LEI Nº 11.326 DE 24 DE JULHO DE 2006. **Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Legislação do Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 27 de outubro de 2018.

LEMOS, J. J. S. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: Radiografia de um País Assimetricamente Pobre**, 3º ed. Revisada e atualizada. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil., 2012. p. 253.

MATTEI, LAURO. **Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF**. Revista Econômica do Nordeste. Vol.38, nº1. Jan/Mar. Fortaleza: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Banco do Nordeste do Brasil, 2007, p.143-158.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sobre o Programa, 2018**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades.** São Paulo: FEA-USP, v. 1, n. 3, 1996. (Caderno de Pesquisas em Administração).

NÚCLEO DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO – NMRH, 2001.

NUNES, E. M. **Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste.** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 03, p. 529-554, Jul/Set 2015.

PALMEIRA, M.; LEITE, S. **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária.** Disponível em: <http://www.redcapa.org.br/portugues/cursos/cursos.htm#informacionalesfuturos>. Acesso em: 25 outubro 2018.

PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTENHAS, P. S. **Agrometeorologia: Fundamentos e Aplicações Práticas.** Cuiabá: Agropecuária, 2002. p. 208.

PEREIRA, R. A. G. **Juventude do Campo e Quilombola: educação e identidade cultural na comunidade quilombola Itaboca – Inhangapi – PA.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará, Pará.

RAMOS, P. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas.** Nead Estudos. Brasília: MDA, 2007. p. 360.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973).** 30. Ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, R. G. **A agricultura familiar como atividade econômica e impactos ambientais em Campo de Santana/PB.** 2007. 51 p. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira - PB, 2007.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural.** **RURIS:** Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas, v. 4, n. 1, mar. 2010.

SCHNEIDER, S., CAZELLA, A. e MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** In: SCHNEIDER, S., SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M (Orgs.) Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004. p. 21-49.

SILVA, ANA CRISTINA PINHEIRO DA. Terras de Quilombo (Baseado no Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Quilombo Santa Maria dos Pretos/Itapecuru Mirim – MA), Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

SILVA, E. L. DA; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

SILVA, E.B. da; NOGUEIRA, R.E. & UBERTI, A. A. A. **Avaliação da aptidão agrícola das terras como subsídio ao assentamento de famílias rurais, utilizando sistemas de informações geográficas**. R. Bras. Ci. Solo, 34:1977-1990, 2010.

SILVA, MARIA OZANIRA DA SILVA; LIMA, VALÉRIA FERREIRA DOS SANTOS. **Caracterizando o Bolsa Família: uma aproximação ao processo de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil**. In **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, DARCON; BRITO, ALISSON FELIPE DE MELO. **Os mecanismos de “portas de saída” do programa bolsa família e as perspectivas dos beneficiários no município de caturité**, Paraíba. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2005.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. **Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná**. Interações, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.